

## O “fenômeno Brizola” no Rio Grande do Sul (1945-1958): domínio de um *habitus* político e a conquista do coração do eleitor

The “Brizola Phenomenon” in Rio Grande do Sul (1945-1958): the mastery of a political *habitus* and the conquest of the elector heart



ALVES, Samuel da Silva \*

 <https://orcid.org/0000-0003-0221-3352>

**RESUMO:** Ao longo de sua vida política, e em especial durante a chamada experiência democrática brasileira (1945-1964), Leonel de Moura Brizola notabilizou-se pela sua capacidade de atingir o coração do eleitorado, através de uma linguagem clara, direta e compreensível. Neste artigo, buscou-se analisar os resultados e possíveis fatores da ampla vitória de Brizola sobre Walter Peracchi Barcellos, da Frente Democrática, nas eleições de 1958 no Rio Grande do Sul, classificada na época de “Fenômeno Brizola”. A hipótese aventada neste trabalho é de que a expressiva votação obtida pelo candidato trabalhista se explica pelo domínio de um *habitus político* do *tribuno*, ou seja, o domínio tanto dos códigos e das linguagens necessárias à construção de uma popularidade perante um eleitorado crescente e diversificado, marca da chamada experiência democrática brasileira (1945-1964), quanto das ferramentas pelas quais essa popularidade era construída.

**PALAVRAS-CHAVE:** Leonel de Moura Brizola; experiência democrática brasileira; Fenômeno Brizola; mobilização eleitoral; eleições de 1958.

**ABSTRACT:** Throughout his political life, and especially during the Brazilian democratic experience (1945-1964), Leonel de Moura Brizola was notable for his ability to reach the hearts of the electorate, through a clear, direct and understandable language for them. In this article, we sought to analyze the results and possible factors of Brizola's wide victory over his opponent, Walter Peracchi Barcellos, from the Democratic Front, classified at the time as the “Brizola Phenomenon”. The hypothesis suggested in this work is that the expressive vote obtained by the labor candidate is explained by the domain of a *political habitus* of the *tribune*, that is, the domain of both the codes and the languages necessary to build popularity among a growing and diversified electorate, a mark of the so-called Brazilian democratic experience (1945-1964), as well as of the tools by which this popularity was built.

**KEYWORDS:** Leonel de Moura Brizola; Brazilian democratic experience; Fenômeno Brizola; electoral mobilization; 1958 elections.

*Recebido em: 24/08/2021*  
*Aprovado em: 08/10/2021*

---

\* Mestre em História pela PUCRS, Porto Alegre-RS, doutorando do Programa de Pós-graduação em História da PUCRS, Porto Alegre-RS. Bolsista do CNPq. Email: [allvesamuell@gmail.com](mailto:allvesamuell@gmail.com). Este trabalho é fruto da dissertação do autor, ALVES, Samuel da Silva. “*Ideias novas para problemas velhos*”: a candidatura e campanha eleitoral de Leonel Brizola ao governo do Rio Grande do Sul em 1958. 2020. 227 f. Dissertação (Mestrado em História) –, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.



## Considerações iniciais

Conforme nos explicam Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2018, p. 254), o período que compreende os anos de 1945 e 1964, chamado de *República Democrática* ou *experiência democrática brasileira*, foi marcado por continuidades com o processo político anterior, mas também por importantes descontinuidades, mantendo vínculos com a dinâmica política do Estado Novo e ao mesmo tempo inaugurando inúmeras relevantes transformações. Apesar de uma série de ambiguidades, Gomes e Ferreira sustentam que entre esses anos o país estava construindo uma experiência de democracia representativa, interrompida em 1964 justamente porque se estava avançando em direção à ampliação da cidadania. Na visão desses estudiosos esse período teve como uma de suas principais características – seja no plano federal, estadual ou municipal – a realização de eleições periódicas, ininterruptas e, em sua grande maioria, não fraudulentas (esse último atribuído à existência e funcionamento de uma Justiça Eleitoral e ao aperfeiçoamento da legislação eleitoral), que expressavam as diversas correntes de opinião e a expansão do corpo eleitoral. Contudo, eleições periódicas e ininterruptas não eram uma novidade na vida política brasileira. A grande ruptura do pós-1945, segundo o trabalho anteriormente citado e outros (GOMES, 2009; LIMONGI, 2012), reside na competitividade/imprevisibilidade dos pleitos ocorridos a partir de então, que se deu por mudanças na legislação eleitoral e por uma maior fiscalização da Justiça eleitoral sobre as eleições, mas especialmente devido ao aumento sem precedentes do eleitorado, que pulou de 2.659.171 em 1934 para 7.459.849 em 1945. Um aumento de 329% do número de eleitores inscritos, ao passo que a população brasileira cresceu apenas 25% no mesmo período.

Entre 1945 e 1964, Leonel de Moura Brizola caracterizou-se como um fenômeno eleitoral. Muito jovem, ainda em 1945, ingressou na seção gaúcha do PTB e em 1947 foi eleito deputado estadual. Em 1950 foi reeleito deputado estadual com a maior votação para o cargo no Estado até aquele momento. Já em 1954 foi eleito deputado federal pelo mesmo partido com o maior número de votos obtido até então por um postulante ao Congresso Nacional no Rio Grande do Sul. Em 1955 venceu a disputa contra Euclides Triches, candidato da Frente Democrática<sup>1</sup>, pela Prefeitura de Porto Alegre. Por fim, em 1958, concorreu ao governo do Rio Grande do Sul contra Walter Peracchi Barcellos,

---

<sup>1</sup> Coligação entre o PSD, a UDN e o Partido Libertador (PL), formada para as eleições municipais de Porto Alegre em 1951, na qual Ildo Meneghetti, do PSD, venceu Brizola na disputa pela Prefeitura. Foi reeditada em 1954, na disputa pelo governo do Rio Grande do Sul, da qual novamente Meneghetti saiu vencedor. Já em 1958, Walter Peracchi Barcellos, também do PSD, foi lançado como candidato pela mesma coligação contra Brizola (BODEA, 1992).

também da Frente Democrática, e foi eleito também com a maior votação obtida até aquela ocasião por um candidato o Executivo gaúcho.

Inúmeros trabalhos ao longo das últimas décadas buscaram compreender a capacidade de mobilização eleitoral e conquista de votos de Leonel Brizola durante a República Democrática, por meio do conceito de *populismo*, consagrado através da obra de Francisco Weffort (1978). Na análise de Weffort, o populismo no Brasil pode ser definido tanto como um estilo de governo, quanto como uma política de massas, fruto de um processo que teve a sua gênese na Revolução de 1930. Para o autor, o populismo enquanto fenômeno político pode ser compreendido de inúmeras maneiras: como uma expressão do processo de democratização do Estado, bem como da crise oligárquica e liberal; como uma manifestação das debilidades políticas dos grupos dominantes urbanos; e também como a emergência das classes populares, em um contexto de desenvolvimento industrial e urbano (WEFFORT, 1978, p. 69). No que diz respeito à ascensão das massas, Weffort compreende que a mesma esteve desde o seu início condicionada, sobretudo, à incapacidade dos grupos dominantes de assegurarem para si as funções de hegemonia política e oferecerem as bases de legitimidade desse novo Estado. Diante desse cenário, a participação das massas populares urbanas constituiu-se como a única fonte social possível, tanto para o poder pessoal autônomo do governante, quanto para o Estado. Tal estrutura política é definida por Weffort (1978, p. 76-79), simultaneamente, como um “Estado de compromisso” e um “Estado de massas”, reflexo da crise agrária, da dependência dos grupos de classe média e da burguesia industrial, e também da crescente pressão popular.

No que tange ao período entre 1945 a 1964, Weffort afirma que a política nacional foi marcada pela presença de lideranças políticas (em especial após a morte de Vargas), que buscaram conquistar a adesão popular nos principais centros urbanos do país. Indivíduos dotados de um estilo próprio, de uma política pessoal pouco explícita e de uma ideologia ainda menos explícita e por vezes confusa. Conforme o autor, suas diferenças e contradições tornaram difíceis, por vezes, a percepção de uma significação comum, além do interesse na conquista do voto popular e da manipulação de suas aspirações. Todavia, apesar de, na sua visão, a manipulação ter sido uma das tônicas do populismo no período, Weffort (1978, p. 70-71) entende que tal manipulação nunca foi absoluta, mas sim ambígua: para além de um modo determinado e efetivo de manipulação das classes populares, de uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e de um mecanismo, através do qual os grupos dominantes exerceram seu domínio, o populismo foi também um modo de expressão das insatisfações populares, uma forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento

industrial e urbano, e também uma das principais ameaças aos grupos detentores do poder. Por conta disso, sugere, sem sucesso, a substituição de *manipulação* por *aliança*, na qual a hegemonia que se encontra vinculada aos interesses dos grupos dominantes apenas torna-se possível mediante ao atendimento de algumas aspirações básicas das classes populares (WEFFORT, 1978, p. 85).

Um dos trabalhos que parte da conceitualização oferecida por Weffort é o de Guita Grin Debert (1979), intitulado *Ideologia e Populismo: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola*. Nesta obra, em suma, a autora aponta certo vazio da noção de manipulação, presente na “concepção clássica” do conceito de populismo, buscando, em decorrência disso, analisar as características ideológicas de alguns líderes “populistas” do período, assim como as formas por meio das quais esses políticos buscaram estabelecer um diálogo com as massas populares. Dentre esses líderes populistas, a autora situa Brizola. Uma das principais críticas de Debert diz respeito ao uso indiscriminado do conceito como forma de explicar o fenômeno da emergência das classes populares na vida política, ocorrido na América Latina em meados de 1930. A autora alerta para a utilização das noções de “manipulação” e “atraso”: o uso desses termos nos distancia das particularidades que as formas de dominação assumem no continente latino-americano, além de não colocar o problema de como as classes populares foram chamadas a integrar o cotidiano político nesse período e de quais as possibilidades de ação que esse tipo de apelo pode abrir-lhes (DEBERT, 1979, p. 16).

Outro conceito amplamente utilizado para explicar essa relação de Brizola com as massas populares é o de *carisma*, conforme concebido por Max Weber. Segundo explica Weber (2002, p. 61), a dominação carismática – uma das três espécies de dominação legítima das quais trata o autor – configura-se como aquela que tem como base “[...] dons pessoais e extraordinários de um indivíduo (carisma) – devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se diferencia por qualidades prodigiosas, por heroísmo, ou por outras qualidades exemplares que dele fazem o chefe.”. Esse poder é, no plano político, exercido “[...] pelo dirigente guerreiro eleito, pelo soberano escolhido por meio de plebiscito, pelo grande demagogo ou pelo dirigente de um partido político [...]”. Vários trabalhos de consagrados autores têm se inspirado nessa concepção, tais como os de Sento-Sé (1999), intitulado *Brizolismo: estetização da política e carisma*, e Maria Celina D’Araújo (1996), intitulado *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-1965*, nos quais ambos enquadram Brizola na categoria de “político carismático”. Não desconsideramos aqui a importância desses e de outros trabalhos para os estudos acerca de Brizola e do PTB. Contudo, entendemos haver no conceito de carisma também certo vazio, o que nos leva neste trabalho a não o adotar.

Este texto é um recorte de uma pesquisa maior, já finalizada, que tratou da candidatura e campanha de Leonel Brizola para as eleições de 1958 no Rio Grande do Sul. Tomando como base a ampla vitória obtida pelo candidato trabalhista nesse pleito, buscamos neste trabalho, para além dos conceitos acima referidos e ainda que de forma especulativa, oferecer uma outra chave-explicativa para o amplo sucesso eleitoral obtido por Brizola ao longo da experiência democrática brasileira. Nosso ponto de partida teórico para tal é o conceito de campo político, como proposto pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (2002).

Conforme Bourdieu, o campo político configura-se como um “[...] campo de forças e como campo de lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento [...]”, ou ainda como “[...] o lugar de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos.”. No interior do campo, os partidos políticos elaboram e impõe aos cidadãos uma concepção de mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível, o que, por sua vez, faz com que o campo político se configure também como “[...] o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos [...]”. (BOURDIEU, 2002, p. 163-185). Segundo Bourdieu (2002, p. 171-180), toda tomada de posição no interior campo é um ato que só ganha sentido relacionalmente, por meio do jogo das oposições e distinções, na diferença e pela diferença, naquilo que o autor classifica como *desvio distintivo*. Para entender uma tomada de posição, um programa, uma intervenção ou um discurso, é necessário conhecer o conjunto de tomadas de posição assumidas no interior do campo, uma vez que “[...] a produção de tomadas de posição depende do sistema das tomadas de posição propostas em concorrência pelo conjunto dos partidos antagonistas [...]”.

### **A síntese da candidatura e campanha eleitoral de Leonel Brizola ao governo do Rio Grande do Sul em 1958**

No que segue, buscamos realizar um breve resumo da candidatura e campanha eleitoral de Leonel Brizola ao governo do Rio Grande do Sul em 1958, atentando especialmente às estratégias por ele adotadas visando a conquista do voto do eleitorado gaúcho. Por tratar-se de uma síntese e em decorrência do limite de páginas proposto para esse artigo, nesse primeiro momento não realizaremos um maior detalhamento de cada uma dessas estratégias, tampouco uma maior descrição acerca de cada uma das fontes utilizadas na análise. Para tal, indicamos a leitura da já referida dissertação.

A chegada de Brizola ao comando da Prefeitura de Porto Alegre não ocorreu de forma “natural”, como se destinado estivesse a esse e outros importantes feitos eleitorais os quais veio a obter. Pelo contrário, foi o resultado de um longo processo de acúmulo, manutenção e conversão de *capitais políticos, de notoriedade e popularidade e delegado*, oriundos, entre outras coisas, de sua passagem pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul; do casamento com Neusa Goulart, irmão de João Goulart, que teve como padrinho o próprio Getúlio Vargas; e também de sua gestão à frente da Secretaria de Obras Públicas do Estado ao longo do governo de Ernesto Dornelles (ALVES, 2020, p. 37-51).

De acordo com Céli Regina Jardim Pinto (1996, p. 223), “O campo estrutura-se pelo estado da relação de forças entre os agentes. A matéria-prima dessa luta é o *capital* de cada agente”. Bourdieu (2007, p. 107), por sua vez, afirma que a capacidade de mobilização de um capital específico determina no interior de certo campo a posição social e o poder específico atribuído a um agente. No caso do campo político, Bourdieu (2002, p. 187) acredita tratar-se o capital político de “[...] uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objecto – os próprios poderes que eles lhe reconhecem”. Neste sentido, Bourdieu (2002, p. 190-192) divide o capital político em duas espécies: 1) o capital pessoal de notoriedade e de popularidade, fundado no fato de ser conhecido e reconhecido (reputação, “ter um nome”) e de ter qualificações específicas (condição da aquisição e conservação da boa reputação), sendo frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros campos; e 2) o capital delegado, “[...] produto da transferência limitada e provisória de um capital detido e controlado pela instituição [...]”, neste caso o partido, cuja aquisição obedece à lógica da investidura, no qual a instituição/partido consagra o candidato oficial a uma eleição ou marca a transmissão de um capital político.

Tão logo assumiu o Executivo da capital em 1955, Leonel Brizola começou a pavimentar a sua candidatura ao governo do Rio Grande do Sul para as eleições de 1958. Uma das principais ferramentas utilizadas pelo político trabalhista para tal foi o rádio. Sob a forma de palestras, realizadas às sextas-feiras à noite na sede do Diretório Metropolitano do PTB e transmitidas pela Rádio Farroupilha, o programa comandado por Brizola tratou dos mais variados temas. Ao longo dos anos de 1956 e 1957, buscou dar destaque, entre outras coisas, às realizações de sua gestão nas áreas de transporte público, educação, segurança, energia elétrica, entre outros; realizar a prestação de contas de sua administração; e também debater acerca dos problemas enfrentados pelo Estado durante a gestão da Frente Democrática. Tais palestras eram anunciadas quase

que diariamente nos principais jornais da capital, como o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*. Nesses mesmos jornais eram publicados também inúmeros *A Pedidos* – um tipo de propaganda paga – que, com slogans como “Realização” e “Dinamismo”, faziam alusão aos feitos de Brizola como administrador (ALVES, 2020, p. 47-48).

Cabe aqui uma observação acerca desses *A Pedidos* publicados por Brizola. Na sua quase totalidade, esse tipo de propaganda paga, quando se referia a um candidato, era composta por um cliché e completada por uma legenda e um título que não se diferenciavam da diagramação dos periódicos e da forma como os mesmos colocavam suas demais legendas e títulos. Já a propaganda de Brizola era composta por um cliché que trazia outra forma de combinar imagens e palavras. Com base nisso, é possível supor que os responsáveis pelas campanhas em geral entregavam aos periódicos uma foto do candidato e um texto, e solicitavam aos jornais que realizassem o anúncio, enquanto a equipe de Brizola já entregava um cliché pronto, com a combinação de imagens e letras. Isso, por sua vez, nos permite pensar não apenas em níveis de organização diferentes das respectivas campanhas, mas em posturas diferentes mediante a necessidade de conquista do eleitorado. Enquanto boa parte dos candidatos apostava em uma forma tradicional de propaganda, Brizola buscou uma nova forma de propaganda e uma nova linguagem capaz de atingir estes eleitores (ALVES, 2020, p. 64).

Também ainda em meados de 1956, Brizola deu início à articulação de uma série de alianças já pensando no próximo pleito estadual. Entre os partidos alvos de Brizola, estiveram o Partido da Representação Popular (PRP) e o Partido Social Progressista (PSP). Além desses, de forma extraoficial, o prefeito de Porto Alegre também costurou acordos visando à disputa pelo Executivo estadual com o Partido Comunista (PC) e com parte do alto clero gaúcho. Em resumo, é possível afirmar que a opção de Brizola e do PTB pela aliança com tais partidos obedeceu à lógica do campo político, que é a da conquista do poder e mobilização do maior número de eleitores (BOURDIEU, 2002), podendo ser compreendida também como uma “estratégia de racionalidade política contextual”, conforme nos explica Olavo Brasil de Lima Júnior. Em suma, Lima Júnior (1983, p. 77) define as “estratégias de racionalidade política contextual” como aquelas que possuem enquanto principais objetivos a maximização do apoio eleitoral e que não se orientam por uma estratégia partidária nacional, mas, pelo contrário, são tomadas localmente, à luz dos resultados da eleição prévia, sendo a força local relativa de um partido o determinante principal para toda tomada de decisão referente à formação de alianças.

No caso do PRP, as evidências indicam que tal aliança foi buscada tanto em decorrência da força desse partido na região colonial, local onde historicamente o PTB

possuía baixo rendimento eleitoral e onde os perrepistas detinham aproximadamente setenta mil votos (uma vez que a diferença entre o candidato da Frente Democrática e do PTB em 1954 foi de cerca de trinta mil votos), quanto pelo fato de tal aliança poder servir como uma espécie de “blindagem” contra propagandas anticomunistas, das quais o partido já havia sido alvo anteriormente, especialmente no pleito de 1954. Já o PRP, frente à polarização política na disputa pelo governo estadual e à sua incapacidade de eleger sozinho um senador, buscou valer-se da força eleitoral do PTB, oferecendo o seu apoio na disputa pelo Executivo gaúcho em troca da possibilidade de lançar um candidato ao Senado – nesse, Guido Mondin – em uma chapa com os trabalhistas, entre outros benefícios, como secretarias em um futuro governo (ALVES, 2020, p. 88-113).

Por sua vez, no que se refere ao PSP, as fontes consultadas apontam para o fato de que essa aliança possa ter sido almejada pelo PTB com base no bom desempenho obtido por Adhemar de Barros no Rio Grande do Sul nas eleições presidenciais de 1955, especialmente nos grandes centros urbanos do Estado, podendo assim ser entendida como uma medida preventiva, a fim de evitar a divisão do eleitorado dessas localidades, tanto no caso de uma aliança dos pessepistas com a Frente Democrática quanto no caso do lançamento de um candidato próprio pelo PSP. Por parte do PSP, diante de sua incapacidade de eleger um candidato ao executivo estadual, utilizou seu apoio no Rio Grande do Sul para obter o apoio dos trabalhistas a Adhemar de Barros em São Paulo, além também de diversos outros benefícios, como postos na administração de Brizola em Porto Alegre, a presidência da Assembleia Legislativa e secretarias em um futuro governo trabalhista (ALVES, 2020, p. 114-128).

Contudo, também com base nas fontes analisadas, foi possível concluir que os motivos que fizeram o PTB buscar o apoio do PRP e do PSP extrapolaram questões propriamente eleitorais. Outra hipótese aventada é a de que a aliança com ambos visou à formação de uma maioria na Assembleia Legislativa, que tinha como objetivo aprovar a Reforma Administrativa do Estado ainda em 1958 (ALVES, 2020, p. 88-128).

Uma das marcas da campanha eleitoral de Brizola foi o repúdio público ao apoio oferecido por Luís Carlos Prestes à sua candidatura, principal liderança do PC em âmbito nacional. A hipótese aventada é de que esse repúdio tenha sido uma estratégia de Brizola e do PTB considerando os esforços empreendidos em prol de uma aliança com o PRP, uma vez que aceito ou não repudiado, tal apoio poderia fazer com que parte ou a totalidade desses setenta mil votos migrassem para a Frente Democrática. Contudo, fez-se necessário também um acordo informal com o PC, uma vez que uma campanha agressiva dos comunistas contra os trabalhistas poderia reverter votos para a coligação situacionista, assim como o lançamento de um candidato comunista por outra legenda,

como o PR, poderia, bem como no caso do PSP, dividir o eleitorado dos grandes centros urbanos. Ao PC, excluído ao menos oficialmente do jogo eleitoral, um acordo com Brizola e com o PTB garantiu ao partido liberdade de ação e uma série de reivindicações atendidas durante o governo trabalhista (ALVES, 2020, p. 129-141).

Um possível pacto com o alto clero do Rio Grande do Sul, representado na figura de Dom Vicente Scherer, na ocasião arcebispo de Porto Alegre e principal liderança da Igreja Católica no Estado, tem relação direta com comunismo. Nos pleitos anteriores, a Igreja, especialmente através da Liga Eleitoral Católica (LEC) – braço político da Igreja Católica, criada na década de 1930 e que, especialmente ao longo da primeira metade da República Democrática, buscou orientar o eleitorado católico e afastá-lo de candidaturas tidas como não solidárias às pautas católicas – exerceu um papel de proeminência, especialmente devido ao seu caráter anticomunista.

Em 1954, por exemplo, o veto da LEC à candidatura de Rui Ramos ao Senado e seu apoio explícito à candidatura de Armando Câmara colocaram a Igreja e o PTB em campos opostos, o que, somado ao apoio declarado do PC à candidatura de Alberto Pasqualini e uso feito pela Frente Democrática na produção de propaganda anticomunista, influenciou diretamente sobre o resultado obtido pelo candidato trabalhista ao final do pleito (BODEA, 1992; RODEGHERO, 1998). Se nos outros processos eleitorais a LEC indicou candidatos alinhados à doutrina cristã e declaradamente anticomunistas, em 1958, no que se refere ao Executivo, isso não ocorreu, tendo o clero gaúcho, na figura de Dom Vicente Scherer, adotado uma postura neutra sobre as candidaturas de Brizola e Peracchi. Além disso, quando da manifestação de repúdio de Brizola ao apoio comunista, Dom Vicente Scherer parabenizou-o, tecendo, especialmente via imprensa, elogios ao candidato trabalhista. O que teria, porém, motivado essa mudança de postura? A partir da análise de alguns dos principais periódicos gaúchos do período, emergem indícios que apontam para um possível “acordo informal” entre Brizola e o arcebispo de Porto Alegre, que envolveu desde subsídios a obras e ações realizadas pela Igreja, como a conclusão das obras da Catedral Metropolitana e a construção de moradias populares pela arquidiocese da capital, até a inclusão de questões específicas relacionadas ao ensino, cruciais à Igreja, no programa administrativo de um futuro governo trabalhista (ALVES, 2020, p. 135-139).

Ainda em 1957, dias após a oficialização de sua candidatura na Convenção Regional do PTB, realizada em outubro de 1957, Brizola deu início à sua campanha ao governo estadual. Nesse sentido, aderiu à uma série de práticas eleitorais – dentro e à margem da legislação vigente – típicas do período que compreende os anos de 1945 e 1964: comícios, cortejos, jantares, inaugurações de comitês, distribuição de panfletos,

santinhos, flâmulas, pichações, colação de cartazes, além da utilização da imprensa, em especial dos jornais, por meio das propagandas pagas e do rádio. Contudo, em uma análise mais aprofundada dessas práticas, é possível verificar em inúmeras delas, especialmente no uso dos *A Pedidos* e do rádio, uma tentativa de Brizola de inovar, de diferenciar-se tanto de seu oponente, Walter Peracchi Barcelos, quanto dos políticos, trabalhistas ou não trabalhistas, que o antecederam (ALVES, 2020, p. 142-196).

De acordo com Douglas Souza Angeli (2018, p. 344), já nas eleições estaduais de 1947, bem como nas que a sucederam, houve uma significativa utilização do rádio nas campanhas eleitorais, por parte de partidos como PSD, PTB, UDN, PL e PRP. Porém, conforme explica o autor, tais programas possuíam curta duração – em média de 5 a 15 minutos – e eram veiculados apenas alguns meses ou semanas antes do pleito. Para as eleições de 1958, o programa radiofônico da Frente Democrática não fugiu a esta lógica, tendo tido curta duração em todas as suas edições e sido veiculado tanto na Rádio Farroupilha quanto na Rádio Gaúcha apenas a partir do mês de junho de 1958 (ALVES, 2010, p. 172).

Como já citado, desde o início de seu mandato como prefeito, Brizola fez uso do rádio para construir-se enquanto candidato ao governo estadual. Ao longo da campanha eleitoral não foi diferente. Enquanto a Frente Democrática optou por um modelo mais tradicional de programa em rádio, Brizola manteve o padrão do programa que comandava desde 1956, de longa duração, realizado sob a forma de palestra e transmitido às sextas-feiras à noite pela Rádio Farroupilha, no qual, paralelamente aos assuntos relativos à administração municipal e outras questões políticas de âmbito estadual e nacional, procurou, entre outras coisas, dar visibilidade às suas atividades de campanha, como comícios e visitas ao interior; conclamar a população a contribuir com seu programa de governo e, posteriormente, divulgar suas propostas; defender-se do que caracterizou como “boatos e intrigas”, relacionados, principalmente, à importação de máquinas rodoviárias, ao aumento de impostos em Porto Alegre e ao já citado apoio oferecido por Luís Carlos Prestes; e delinear o perfil de um futuro governo, especialmente nos âmbitos econômico e social (ALVES, 2020, p. 171).

Afora a transmissão de seu tradicional programa, o rádio exerceu outro papel de destaque na campanha eleitoral de Leonel Brizola, especialmente em sua reta final, com a transmissão de seus comícios. Nos pleitos estaduais anteriores, Angeli (2018) já identifica o uso do rádio na transmissão desses eventos ou na reprodução posterior dos discursos neles proferidos. No pleito de 1958, contudo, a campanha de Brizola apresentou uma maior sistematização dessa prática. A partir da segunda metade do mês de setembro, os comícios de Brizola e Mondin passaram a ser transmitidos diariamente,

em mais de um horário por dia, pela Rádio Farroupilha e pelas diversas emissoras por ela comandadas. Ao longo das semanas, anúncios referentes a essas transmissões foram também publicados diariamente nos principais jornais da capital. Este uso do rádio, aliado à divulgação realizada pela imprensa escrita, difere Brizola não apenas dos candidatos ao governo estadual nos pleitos anteriores, como também de seu opositor, Walter Peracchi Barcelos, acerca do qual, em uma análise dos periódicos *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, não se identificou prática semelhante (ALVES, 2020, p. 173).

Entretanto, as inovações de Brizola ao longo de sua campanha não se limitaram ao rádio, tendo se estendido também à imprensa escrita. Como referido anteriormente, Brizola utilizou de seu programa de rádio para conclamar a população a participar da elaboração de seu programa de governo. De forma intensiva e extensiva, Brizola, através de *A Pedidos*, realizou esse chamamento também em periódicos. Por meio dessa propaganda paga, entre outras coisas, Brizola questionava a população acerca dos maiores problemas enfrentados pelo Rio Grande do Sul, da forma como o futuro governo deveria atuar em relação a estes problemas, das necessidades específicas de cada região, além de abordar, de forma mais enfática, a questão da educação, vinculando-a especialmente ao desenvolvimento econômico do Estado. Ao longo de uma vasta revisão de bibliografia acerca dos processos eleitorais no Rio Grande do Sul, não se verificou, até aquele momento, prática semelhante realizada por outro candidato (ALVES, 2020, p. 179, 180).

A divulgação do programa deu-se por meio do rádio e dos periódicos. No intuito de gerar expectativa e interesse na população por seu conteúdo, diversos anúncios acerca de sua leitura foram sendo publicados por Brizola nos periódicos *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* ao longo das semanas que a antecederam. Em 22 de agosto, Brizola realizou via Rádio Farroupilha, durante 2h30, a leitura de seu programa. Todavia, até aqui a divulgação do programa de Brizola seguiu o padrão dos pleitos anteriores. Conforme nos mostram autores como Bodea (1992), Cánepa (2005), comumente tais programas tinham sua leitura transmitida pelo rádio e, posteriormente, eram divulgados na íntegra nos principais periódicos do Estado. A própria campanha de Walter Peracchi Barcelos, candidato da Frente Democrática em 1958, obedeceu a esta lógica, tendo o seu programa de governo sido lançado em um comício na cidade de Santa Maria, transmitido pela Rádio Farroupilha, e publicado na íntegra, no dia posterior, no jornal *Correio do Povo*. A novidade implementada pela campanha de Brizola veio a seguir: seu programa de governo foi “diluído” e teve seus diversos temas como Educação, Orientação Administrativa, Planejamento e Execução, Política Financeira, Assistência Efetiva aos Municípios, Energia Elétrica e Desenvolvimento Econômico, publicados sob as mais

variadas formas de *A Pedidos* nos periódicos *Diário de Notícias* e *Correio do Povo* durante as semanas seguintes. Prática semelhante também não foi verificada na revisão de bibliografia acerca das eleições no Rio Grande no Sul até aquele ano, o que demonstra mais uma vez a intenção de Brizola de estabelecer novos canais e novas formas de comunicação com o eleitorado (ALVES, 2020, p. 180-181).

Conforme nos explica Bourdieu (2002, p. 189), a conservação do capital político requer daqueles que o detêm um trabalho constante, não apenas visando ao acúmulo de crédito, mas também qualquer espécie de descrédito. É o que podemos constatar a partir dessa breve análise da trajetória de Brizola. Uma vez na prefeitura da capital gaúcha, Brizola buscou ampliar seu capital político de notoriedade e popularidade, a fim de fazer-se ainda mais conhecido e reconhecido por suas realizações enquanto administrador, amplamente divulgadas por meio da imprensa, especialmente do rádio, através da qual o líder trabalhista era mostrado como detentor de competências específicas necessárias a um postulante ao governo estadual. Uma vez escolhido candidato do PTB, Brizola deu continuidade a esse processo de expansão do seu capital político de notoriedade e popularidade, destacando novamente a sua capacidade administrativa, de um gestor moderno, e agregando à utilização sistemática e inovadora do rádio e de *A Pedidos* práticas como a distribuição de panfletos e santinhos, comícios, jantares, inauguração de comitês, entre outras.

Ainda segundo Bourdieu (2002, p. 179), toda tomada de posição no interior do campo é um ato que só ganha sentido relacionalmente, por meio do “*jogo das oposições e distinções*”. No caso de Brizola, devemos considerar esse apontamento do autor a fim de compreender suas tomadas de posição enquanto prefeito de Porto Alegre. Em oposição ao governo da Frente Democrática, que durante a gestão de Ildo Meneghetti enfrentou inúmeros e graves problemas econômicos (frutos, em grande medida, do Plano de Metas implementado pelo governo de Juscelino Kubistchek e da crise entre os diretórios regional e nacional do PSD, gerada a partir de 1955), Brizola buscou colocar-se, ainda em 1956, como opção ao Executivo estadual na disputa que viria a ocorrer em 1958, visando com isso transformar a relação de forças que conferia ao campo naquele momento a sua estrutura, ou seja, o domínio da Frente Democrática sobre o Estado. Essa oposição deu-se, em um primeiro momento, especialmente através do seu programa de rádio. Já ao longo da campanha eleitoral a imprensa escrita caracterizou-se como um importante canal para tal, por meio do qual Brizola não apenas atacou a gestão de Ildo Meneghetti, como também buscou vinculá-la ao seu opositor, Walter Peracchi Barcelos.

## Uma análise dos resultados e dos possíveis fatores da vitória de Brizola sobre Peracchi Barcelos

Como esperado, o pleito ocorreu em 03/10/1958, sob forte cobertura da imprensa. Os dias que o sucederam configuraram-se como de extrema expectativa em torno do nome do futuro governador gaúcho. Diariamente, o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias* publicaram as parciais da votação, que desde o primeiro momento já apontavam para uma vitória do candidato trabalhista. As apurações da votação para governador, conforme é possível verificar em uma análise dos respectivos periódicos, encerraram-se apenas no dia 12/10/1958. Contudo, já em 07/10/1958, Brizola era dado como vencedor no pleito – indo ao encontro das previsões realizadas pela imprensa nos dias que antecederam a votação –, concedendo inclusive uma entrevista como governador eleito, tamanha a distância em votos que separava os dois candidatos. Na referida entrevista ao *Diário de Notícias*, publicada em 07/10/1958, Brizola agradeceu a confiança do eleitorado gaúcho, colocando-se a partir daquele momento como um “escravo do dever”, a fim de honrar os votos recebidos. Além disso, prometeu levar a cabo o programa de governo que o elegera, assim como estar “[...] sensível aos apelos dos humildes.”. Questionado acerca do principal fator de sua vitória, Brizola destacou, entre outras coisas, a identificação de sua campanha com as aspirações populares, assim como a sua grande penetração em centros urbanos e rurais.

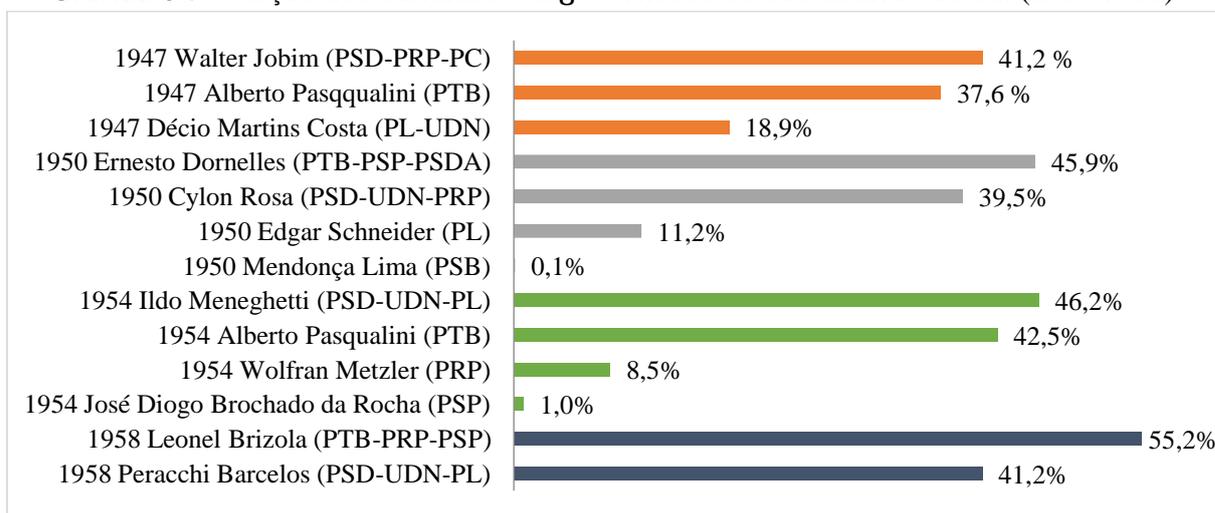
Em entrevista concedida ao *Correio do Povo*, publicada em sua edição de 07/10/1958, Walter Peracchi Barcelos também comentou o resultado do pleito. Sobre as razões da ampla vitória de Brizola, o candidato da Frente Democrática disse não ter encontrado, até aquele momento, explicações, apontando, contudo, para alguns fatores que somados pudessem explicar o resultado das urnas: a) a preferência do eleitorado pelos candidatos populistas; b) o alistamento maciço realizado pelo PTB muitos meses antes, tanto no interior quanto na capital; c) o pronunciamento de Dom Vicente Scherer elogiando o candidato trabalhista quando do repúdio ao apoio comunista; d) a propaganda realizada pelo PTB na região colonial, acusando-o de ter perseguido os colonos da região no tempo da guerra; e) e o desencantamento do eleitorado do interior com os governos que, durante muito tempo, olharam apenas para os grandes centros.

Debrucemo-nos agora sobre os números da eleição de Brizola. Conforme já referido, após dias de apuração, foram divulgados os resultados finais do pleito. Nessa ocasião, compareceram às urnas 1.214.094 dos 1.274.344 eleitores inscritos, registrando-se assim uma abstenção de 4,7%, a menor desde o início do período democrático. Essa queda brusca na abstenção, bem como o irrisório aumento do eleitorado inscrito pode ser explicado, conforme Lima Junior (1983, p. 52), pela renovação dos títulos eleitorais

realizada pouco antes do pleito de 1958, que excluiu das listas eleitorais os títulos de eleitores falecidos após 1945.

No montante, Brizola angariou um total de 670.003 votos (55,2% dos votos totais), contra 500.944 votos do candidato da Frente Democrática (41,2% dos votos totais). Os votos brancos equivaleram a 1,9% dos votos, enquanto os nulos foram 1,7% dos votos totais<sup>2</sup>. A votação obtida pelo candidato trabalhista foi a maior alcançada por um postulante ao Executivo gaúcho até então. Contudo, para além dos números totais, esta se caracterizou também como a maior diferença percentual entre os dois primeiros – e nesse caso, únicos – candidatos ao governo estadual desde que se iniciaram as eleições para o cargo no Rio Grande do Sul, em 1947.

**Gráfico 01.** Votação dos candidatos a governador do Rio Grande do Sul (1947-1958).

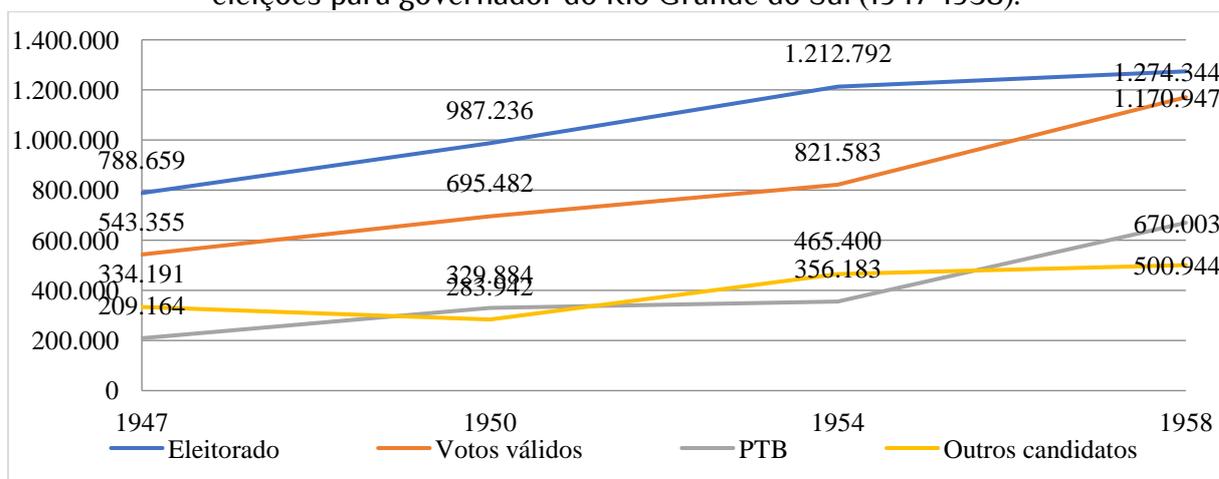


**Fonte:** Ata das eleições de 1947 a 1958 – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS.  
Gráfico elaborado pelo autor

Nota-se, a partir do gráfico 01, uma ampla diferença entre o percentual de votos que separou Brizola e Peracchi Barcelos dos percentuais registrados entre os primeiros e segundos colocados nos pleitos anteriores: em 1947, a diferença entre Jobim e Pasqualini foi de 3,6%; já em 1950, o percentual de votos que separou Dornelles e Cylon Rosa foi de 6,4%; por sua vez, em 1954 a diferença entre Meneghetti e Pasqualini foi de apenas 3,7%. Para além dos demais candidatos, interessa-nos nesse momento uma análise comparativa entre os candidatos trabalhistas. O gráfico abaixo, que apresenta a evolução do eleitorado inscrito, dos votos válidos e das votações obtidas pelos candidatos do PTB a governador entre os anos de 1947 e 1958, nos auxilia nesse sentido.

<sup>2</sup> Fonte: Ata das eleições de 1958 – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS

**Gráfico 02.** Evolução do eleitorado inscrito, votos válidos e votação obtida pelo PTB nas eleições para governador do Rio Grande do Sul (1947-1958).

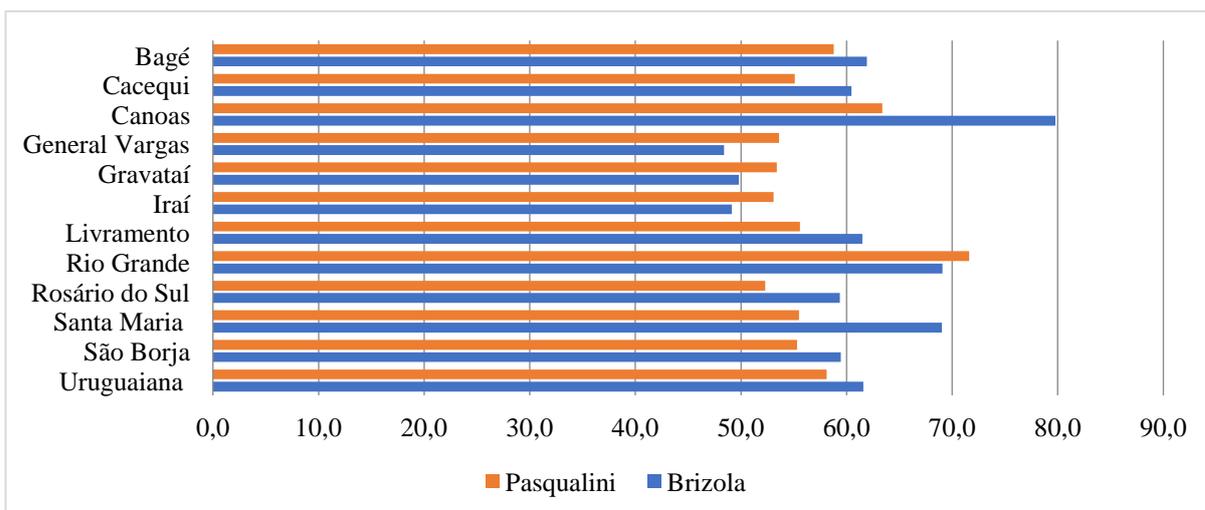


**Fontes:** Anuário Estatístico do Brasil. 1936/1960 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Estatísticas do século XX; Atas das eleições de 1947 a 1958 – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS. Gráfico elaborado pelo autor.

Ao observarmos o gráfico 02, é possível percebermos que as votações obtidas por Pasqualini em 1947, por Dornelles em 1950, por Pasqualini novamente em 1954, bem como por Walter Jobim, Dornelles e Ildo Meneghetti, respectivamente, acompanharam proporcionalmente a expansão do eleitorado e dos votos válidos. Contudo, verifica-se em 1958 um aumento na votação obtida por Brizola amplamente superior, em proporção, ao aumento dos votos válidos (neste caso, desconsideramos o eleitorado inscrito em decorrência da já explicada renovação dos títulos eleitorais e do reflexo da mesma sobre as listas): enquanto os votos válidos aumentaram em 42,52%, a votação de Brizola, em relação à obtida por Pasqualini, deu um salto de 88,11%. Como explicar tal diferença?

Noll e Trindade (2004, p. 97-99), ao analisarem os resultados do pleito de 1958, identificaram a vitória de Brizola sobre o candidato da Frente Democrática em 78 dos 118 municípios existentes na época. Em 1954, por exemplo, Pasqualini angariou mais votos em apenas 26 dos 92 municípios gaúchos. Se tomarmos, por exemplo, o mesmo Pasqualini, perceberemos não apenas vitórias de Brizola em um maior número de cidades, mas também um aumento no percentual obtido em cada uma, inclusive naquelas onde Pasqualini obteve os seus melhores resultados em 1954, conforme nos mostra o gráfico abaixo.

**Gráfico 03.** Votação válida Pasqualini (1954) x votação válida Brizola (1958) por cidade (%).

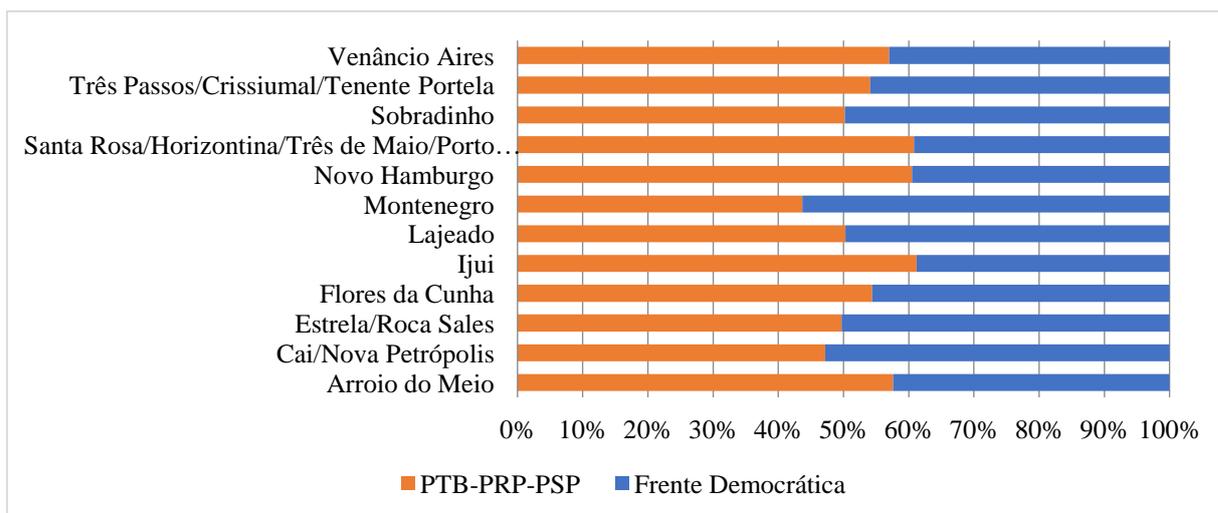


**Fonte:** *Estatísticas Eleitorais Comparativas do Rio Grande do Sul* (NOLL; TRINDADE, 2004). Gráfico elaborado pelo autor.

Das doze cidades onde Pasqualini obteve seus melhores resultados percentuais em 1954, Brizola não o superou em apenas quatro (Rio Grande, Iraí, Gravataí e General Vargas), obtendo em alguns casos resultados muito maiores que os de Pasqualini: em Bagé a diferença entre os dois foi de 3,1%; em Cacequi, de 5,4%; em Canoas, de 16,4%; em Livramento de 5,9%; em Rosário do Sul, de 7,1%; em Santa Maria, de 13,5%; em São Borja, de 4,2%; por fim, em Uruguaiana, a diferença que separou os dois candidatos trabalhistas foi de 3,5%. Em um primeiro momento, pode-se imaginar que essa diferença tenha ocorrido devido a uma possível transferência de votos do PRP para o PTB nessas localidades. Contudo, ao analisarmos os percentuais de votos válidos obtidos pelo PRP nessas cidades em 1954, veremos que os mesmos são amplamente inferiores à diferença que separou Pasqualini de Brizola: em Bagé, o PRP obteve 0,7% dos votos em 1954; em Cacequi, 0,6%; em Canoas, 5,8%; em Livramento, 0,1%; em Rosário do Sul, 0,1%; em Santa Maria, 1,6%; em São Borja, 0,3%; em Uruguaiana, por sua vez, o PRP obteve 0,6% dos votos válidos. Como, então, explicar essa diferença?

Voltemo-nos agora para a zona de colonização. O gráfico abaixo se refere aos resultados eleitorais da coligação PTB-PRP-PSP e da Frente Democrática nas regiões de colonização alemã e italiana. Nele, temos as 12 cidades em que o PRP obteve os seus melhores resultados percentuais em 1954, entre as quais se encontram algumas cidades nas quais Pasqualini obteve alguns de seus piores desempenhos eleitorais naquele pleito.

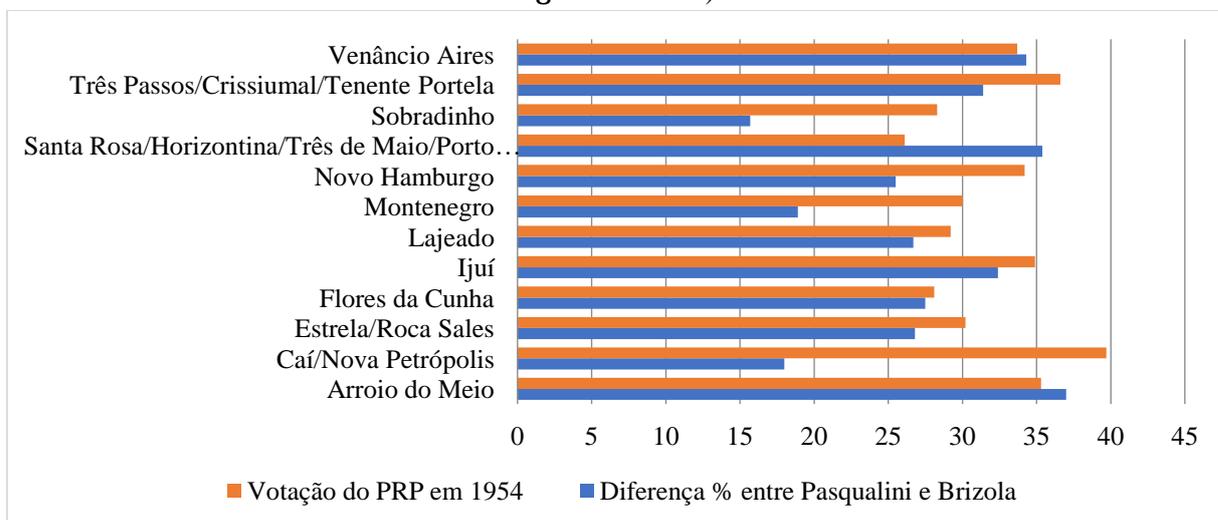
**Gráfico 04.** Votação válida para governador em cidades da região colonial em 1958 (%).



**Fonte:** *Estatísticas Eleitorais Comparativas do Rio Grande do Sul* (NOLL; TRINDADE, 2004). Gráfico elaborado pelo autor.

Superado em todas essas cidades no ano de 1954, seja pela Frente Democrática ou pelo PRP, em 1958 o PTB não se sagrou vencedor em apenas três dessas doze localidades (Caí/Nova Petrópolis, Estrela/Roca Sales, e Montenegro). Em todas, mesmo nas quais foi derrotado por Peracchi Barcelos, Brizola obteve um resultado amplamente superior ao de Pasqualini, sendo a diferença percentual entre os dois trabalhistas nessas cidades muito próxima do percentual de votos obtidos pelo PRP em 1954 (conforme o gráfico 05). Tal fato evidencia uma transferência parcial – e em alguns casos quase total – de votos do PRP para o PTB nessas localidades, tornando assim, bem sucedida a estratégia dos trabalhistas de aliarem-se aos perrepeistas, cuja uma das motivações era justamente a captação de votos na região colonial.

**Gráfico 05.** Diferença % de votos entre Brizola x votação do PRP em 1954 (cidades da região colonial).



**Fonte:** *Estatísticas Eleitorais Comparativas do Rio Grande do Sul* (NOLL; TRINDADE, 2004). Gráfico elaborado pelo autor

Ainda sobre as alianças políticas: se uma das razões aventadas para a formação da aliança com o PSP, bem como para um possível acordo nos bastidores com o PC – ainda que repudiando publicamente o apoio oferecido por Prestes –, foi não dividir o eleitorado dos grandes centros urbanos, tal estratégia foi exitosa, uma vez que alguns desses grandes centros e maiores colégios eleitorais do Estado o PTB obteve alguns de seus melhores desempenhos na ocasião: em Porto Alegre, maior colégio eleitoral do Rio Grande do Sul, obteve 67,8% dos votos; em Canoas, 79,9%; em Pelotas 59,0%; em Novo Hamburgo, 61,1%; em São Leopoldo/Esteio/Sapiranga, 60,2%; por fim, em Rio Grande, angariou em torno de 69,0% dos votos.

Clay Hardman de Araújo (1984), em entrevista concedida ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), afirma que uma das principais preocupações de Brizola e do PTB em relação aos comunistas, e que fez com que se buscasse uma aliança informal com estes, dizia respeito a uma possível divisão do eleitorado urbano a partir do lançamento de um candidato próprio via partidos como o PR<sup>3</sup>. Hipoteticamente acordados com o PC acerca da candidatura de Brizola ao governo, os comunistas lançaram ao Senado, pelo PR, o candidato Gabriel Pedro Moacyr. Na disputa pelo Senado, Guido Mondin sagrou-se vencedor, obtendo 50,8% dos votos totais contra 40,7% de Carlos Brito Velho e 1,8% de Pedro Moacyr. Branco e nulos equivaleram a 4% e 2,7%, respectivamente.

Para além da vitória de Mondin, cabe atentar aqui para os 21.237 votos obtidos pelo candidato do PR/PC em todo Estado. Se, de fato, como afirma Cánepa (2005, p. 258), tal candidato foi apoiado pelos comunistas devido a uma resistência destes ao candidato do PRP, tudo nos leva a crer que tais votos migrariam eventualmente para um candidato dos comunistas lançado ao governo do Estado pela mesma legenda. Considerando o equilíbrio estabelecido até então entre os dois blocos, vide a diferença de pouco mais de 30 mil votos que separaram Meneghetti e Pasqualini em 1954, ou ainda a busca incessante por uma aliança com o PRP e os cerca de 70 mil votos dos quais dispunha no Estado, uma possível “aliança informal” com o PC nessa ocasião pode ser entendida como racional e, em grande medida, bem sucedida.

Exitosas, seja do ponto de vista da transferência de votos na região colonial ou da não divisão do eleitorado urbano, as alianças com o PRP, PSP, e possivelmente com o PC, não explicam, contudo, em sua maior parte, a ampla vitória de Brizola sobre o candidato

---

<sup>3</sup> ARAÚJO, Clay Hardman. Clay Hardman de Araújo (depoimento). Rio, FGV/CPDOC – História Oral, 1984.

da Frente Democrática. Para além desses, que outros fatores podem ter contribuído para essa vultosa soma de votos?

Pode-se aventar enquanto outra hipótese para o sucesso eleitoral de Brizola em 1958 a soma de uma série de outros fatores, como o não envolvimento da LEC no que tange à disputa pelo Executivo estadual, o posicionamento de neutralidade por parte do alto clero gaúcho acerca desse embate e a manifestação de Dom Vicente Scherer, poucas semanas antes do pleito, favorável a Brizola – que, inclusive, aparece na análise de Peracchi Barcellos acerca dos possíveis motivos de sua derrota –, que juntamente com a aliança com o PRP podem ter neutralizado a vasta propaganda anticomunista produzida pela Frente Democrática contra a candidatura trabalhista. Como dito anteriormente, o PRP caracterizava-se como um partido de caráter altamente conservador e anticomunista, enquanto a Igreja Católica, através da LEC, exerceu um papel de proeminência nos pleitos de 1947, 1950 e 1954, especialmente devido ao seu caráter anticomunista, tendo sido, conforme nos mostram alguns estudos, um dos fatores que contribuíram para a derrota de Pasqualini nas eleições anteriores. Na região colonial, estes elementos podem ter potencializado uma transferência “natural” de votos do PRP para o PTB, que, como vimos anteriormente, concretizou-se em sua quase totalidade. Já nas demais localidades, e em especial nos grandes centros urbanos, podem ter sido fatores determinantes para a captação de votos de um eleitorado flutuante, o que explicaria o alto desempenho eleitoral obtido nesses locais.

Contudo, avaliamos que apenas as alianças partidárias ou o posicionamento de neutralidade da Igreja/LEC quanto à disputa entre Brizola e Peracchi Barcelos, embora sua relevância, também não são elementos suficientes para explicar a expressiva votação obtida pelo candidato trabalhista, o que nos abre caminho para outra hipótese. Como já referido, registrou-se em 1958 uma taxa de abstenção de 4,7%, a menor do período no Rio Grande do Sul (em 1947, a taxa de abstenção foi de 30%; em 1950, de 27%; em 1954, de 31,5%; em 1962, por sua vez, registrou-se uma taxa de abstenção de 13,28%). Não desconsideramos que a queda de parte dessa abstenção tenha se dado em decorrência da renovação dos títulos eleitorais, realizada pouco antes do pleito de 1958, o que excluiu das listas eleitorais os títulos de eleitores falecidos depois de 1945. Contudo, ao olharmos para o número de votantes em 1958, percebemos, paralelamente à queda na abstenção, um aumento substancial dos mesmos (44,92%), bem acima da média registrada entre os pleitos anteriores. Eleitores que, em grande medida, ou votaram pela primeira vez em 1958, ou por alguma razão não compareceram às urnas em 1954, e que, nesse pleito, em sua maioria, optaram por Brizola, vide o aumento percentual dos votos obtidos pela Frente Democrática entre 1954 e 1958 (como já referido, Brizola obteve um aumento de

88,11% em relação à votação atingida por Pasqualini, enquanto Peracchi Barcelos obteve um aumento de 29,50% na comparação com Meneghetti), bem abaixo do aumento do número de votantes. Sendo assim, aventamos, ao lado das alianças eleitorais e do posicionamento de neutralidade da Igreja, a hipótese de que a expressiva votação obtida por Brizola em 1958 esteja ligada também à sua capacidade de mobilização eleitoral, bem como aos meios através dos quais buscou atingir esse eleitorado.

Conforme dito anteriormente, várias foram as estratégias visando à construção de uma popularidade perante o eleitorado e mobilização eleitoral empregadas por Brizola entre os anos de 1956 e 1958. Durante a sua gestão na Prefeitura de Porto Alegre, tanto os jornais quanto o rádio caracterizaram-se como importantes ferramentas para a divulgação de seus feitos enquanto administrador da capital gaúcha e para a construção de sua candidatura ao governo estadual. Já enquanto candidato trabalhista, Brizola aderiu a uma série de práticas eleitorais típicas da República Democrática, como comícios, cortejos, jantares, inaugurações de comitês, distribuição de panfletos, santinhos, flâmulas, colação de cartazes e pichações, além do uso do rádio e de propagandas pagas, os *A Pedidos*, nos principais jornais gaúchos. Práticas essas que o permitiram não apenas manter, mas expandir a sua popularidade.

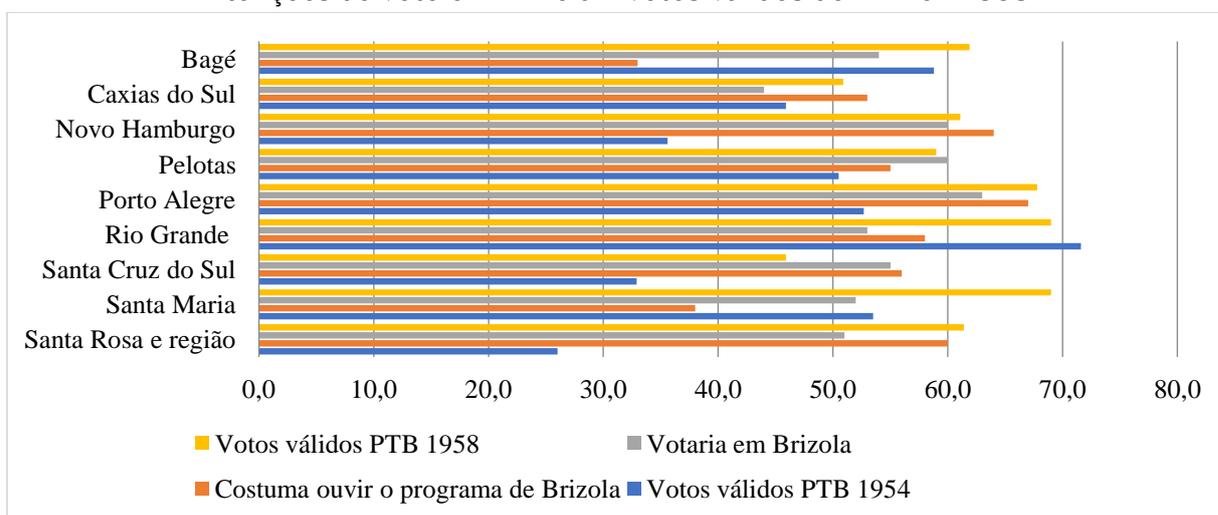
As fontes analisadas não fornecem elementos que nos permitam dimensionar ou quantificar o peso de cada uma dessas ferramentas de mobilização e construção de popularidade sobre o desempenho eleitoral de Brizola em 1958. Contudo, algumas dessas fontes evidenciam a proeminência do rádio, que pode ter se configurado como um elemento-chave para a compreensão da vitória do candidato trabalhista. Em um relatório de atividades enviado a Brizola pelo Diretório Dr. João Goulart, oriundo do acervo particular de Francisco Brochado da Rocha, custodiado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), esse meio de comunicação aparece como um elemento-chave para a grande aceitação das candidaturas trabalhistas, tanto ao Executivo quanto ao Legislativo, no interior do Estado:

Bom acolhimento da candidatura Trabalhista ao Governo do Estado, quanto nos demais cargos do legislativo, há candidatos que, embora desconhecidos pessoalmente, são acolhidos com simpatia, graças as palestras semanais de V. Excia., que consideramos uma grande propaganda, face da boa aceitação que constatamos e da imensa capacidade de penetração de que dispõe. (GOULART, 1958, p. 1)

Em sua já citada entrevista, concedida logo após ser considerado como vencedor na disputa pelo Executivo estadual, Brizola destacou enquanto um dos principais fatores de sua vitória a ampla capilarização de sua campanha, tanto nos centros urbanos quanto

no interior. Essa ampla capilarização a exemplo da aceitação da campanha trabalhista no interior, citada no relatório acima, pode ter sido potencializada, em grande medida, pelo rádio, conforme nos mostra uma pesquisa de opinião, realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) no Rio Grande do Sul em junho de 1958, isto é, já durante a campanha eleitoral. Por sua vez, o cruzamento dessas informações com os resultados eleitorais de 1954 e 1958, realizado no gráfico abaixo, pode auxiliar-nos na compreensão da importância desse meio de comunicação para o desempenho eleitoral de Brizola.

**Gráfico 06.** Votos válidos do PTB em 1954 x audiência do programa de Brizola x intenções de voto em Brizola x votos válidos do PTB em 1958



**Fonte:** Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE – Pesquisa de opinião pública, 06/1958; *Estatísticas Eleitorais Comparativas do Rio Grande do Sul* (NOLL; TRINDADE, 2004). Gráfico elaborado pelo autor.

O gráfico 06 apresenta cidades das mais variadas regiões do Estado. Em Santa Rosa e arredores, pertencentes à região de colonização, o PTB havia obtido 26% dos votos válidos em 1954. Nessa cidade, de acordo com a pesquisa de opinião realizada, o programa de Brizola possuía um percentual de audiência de 60%, enquanto o candidato trabalhista possuía ali em torno de 61% das intenções de voto. Tanto a audiência quanto a intenção de votos são amplamente superiores ao resultado do pleito anterior e aproximam-se muito do total de votos válidos angariados por Brizola em 1958, que ficou em 61,4%. Observa-se, também, em outras cidades da região colonial analisadas, como Novo Hamburgo, Caxias do Sul e Santa Cruz do Sul (onde apesar de derrotado, obteve uma votação amplamente superior à de Pasqualini). Já em Porto Alegre, onde havia obtido 52,7% dos votos válidos em 1954, a audiência e a intenção de votos em Brizola ficavam, segundo a pesquisa, em torno de 67% e 63%, respectivamente. Em 1958, Brizola

obteve 67,8% dos votos na cidade. Este aumento do percentual de votos de entre 1954 e 1958, bem como os altos índices de audiência e intenção de votos em Brizola, podem ser percebidos também na maioria das outras cidades pesquisadas, como Santa Maria, Bagé, Rio Grande e Pelotas. Dessa forma, o rádio pode ser compreendido como uma importante ferramenta para a captação de votos, tanto em localidades em que o PTB possuía historicamente um baixo desempenho eleitoral, como a região colonial – soma-se aqui a aliança com o PRP, já citada –, como também em cidades onde o partido era hegemônico – Porto Alegre, Rio Grande, Bagé, Pelotas –, vide os resultados de 1954, nas quais Brizola não apenas manteve, mas foi capaz de ampliar o percentual de votos na comparação com o pleito anterior.

Indo ao encontro dos relatos do Diretório Dr. João Goulart, da entrevista de Brizola e também da pesquisa de opinião e resultados eleitorais acima expostos, o comentarista político Armando Fay Azevedo (1960, p. 259-260), em sua análise acerca das eleições de 1958 publicada na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, afirma que o rádio constituiu-se como peça-chave para a construção da popularidade do candidato trabalhista, bem como para aquilo que classifica como “Fenômeno Brizola”, referindo-se à expressiva vitória obtida pelo mesmo na disputa governamental. Conforme Azevedo, Brizola soube, de forma incansável, madruguar através de uma extensa fala radiofônica, semanalmente, durante anos, “[...] usando de uma linguagem tosca, de sofredor, injustiçado, perseguido pelos poderosos, na sua sempre apregoada luta em defesa dos desprotegidos da fortuna [...]”, remetendo todo o tempo às suas origens de homem do povo. Com isso, passou a ser, todas as sextas-feiras, como “uma das pessoas da casa” em inúmeros lares do Rio Grande do Sul.

Tal como dito por Azevedo (1960) acerca do rádio, a questão da linguagem utilizada por Brizola aparece também em uma entrevista de Guido Mondin ao *Diário de Notícias*, em sua edição do dia 07/10/1958, na qual analisou os fatores da vitória da chapa PTB-PRP-PSP.

Identificação dos candidatos com o povo, contatos pessoais e, principalmente, debate amplo e saudável, de princípios, de problemas e de soluções para esses. Em nossos comícios (1506), deixamos o povo a vontade. Nunca criamos nos comícios da coligação PTB-PRP-PSP um clima de tensão. As nossas reuniões a céu aberto eram verdadeiras festas cívicas. Nelas, muitas e muitas vezes deixamos o povo falar. [...] Mas acima de tudo [...] o que realmente deu a vitória à nossa causa foi o candidato Leonel Brizola. A sua maneira franca, objetiva, simples de falar, de abordar problemas e – o que é mais importante – de apontar soluções para os mesmos [...] (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1958, p. 1).

Presente tanto nas suas falas no rádio quanto em comícios e no “corpo-a-corpo” com o eleitorado, o “fator linguagem” materializou-se também na propaganda de Brizola

veiculada na imprensa. Em diferentes momentos, tanto em seu formato (combinando imagens e palavras de diferentes formas daquelas presentes nos periódicos), quanto na maneira como tais publicações ocorreram (de forma diluída e didática, como na divulgação de seu programa de governo), a propaganda eleitoral de Brizola denota uma intenção do candidato e daqueles que coordenavam a sua campanha de estabelecer uma nova linguagem, capaz de atingir um número maior de eleitores.

Com base nesses apontamentos, é possível inferir que essa popularidade adquirida por Brizola diante do eleitorado e a sua capacidade de mobilizá-lo, que o permitiram obter sucesso no interior do campo político, sejam fruto do domínio daquilo que Bourdieu (2002, p. 169) denomina como um *habitus político*, ao qual qualquer possibilidade de sucesso no jogo político está condicionada. Esse *habitus*, conforme o autor, consiste tanto em um conjunto de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas e dados econômicos) e capacidades gerais, como o domínio de uma linguagem e de uma retórica política, a qual o autor divide e classifica como do “*tribuno*” (vital nas relações entre os políticos profissionais e a população em geral) e do “*debater*” (imprescindível na relação entre os pares, ou seja, entre os profissionais da política), quanto em um tipo de iniciação (uma série de provas e ritos de passagem), que tende a revelar ao profissional a lógica do campo político e impor a ele uma submissão aos valores, hierarquias e censuras inerentes ao campo, bem como aos seus constrangimentos e formas de controle.

Para fins de uma análise comparativa, tomemos como exemplo novamente Alberto Pasqualini, candidato petebista derrotado em 1954. Pasqualini e Brizola pertenciam a gerações distintas. Isso não diz respeito somente à idade, mas, com efeito, a formações políticas distintas, a experiências com padrões de competição eleitoral distintos e, especialmente, a acontecimentos distintos que, para ambos, marcaram seus ingressos no campo político, ou seja, a sua *iniciação*. No caso de Brizola, o fim do Estado Novo e a formação do PTB foram eventos marcantes e que propiciaram essa entrada na política. Se Pasqualini, que teve a sua formação política nas décadas de 1920 e 1930, foi uma liderança que precisou adaptar-se à experiência democrática, Brizola constituiu-se enquanto liderança política no seio dessa experiência, o que lhe proporcionou uma maior inculcação acerca da lógica política que marcou esse período.

Com base no que foi exposto até aqui, fica evidente, por parte de Brizola, o domínio de um *habitus* do “*tribuno*”. Sendo apadrinhado por políticos de gerações anteriores, como Vargas e Pasqualini, Brizola dominava os códigos e a linguagem necessária para lidar com seus pares, mover-se nos meandros de seu meio e nele constituir-se enquanto liderança, ou seja, o *habitus* do “*debater*”. Sua vantagem, com

relação a agentes políticos de gerações anteriores e da sua própria pode ter sido a capacidade de dominar tanto os códigos e as linguagens necessárias à construção de uma popularidade perante esse eleitorado crescente e diversificado, quanto as ferramentas pelas quais essa popularidade foi construída. Isso fica evidente se olharmos para as estratégias de mobilização eleitoral empregadas por Brizola em sua campanha ao governo do Estado em 1958. Em grande medida, tais estratégias disseram respeito a um conjunto de práticas próprias desse período, como comícios, cortejos, distribuição de panfletos e santinhos etc. Contudo, como mostrado, em inúmeros momentos e de diferentes formas, especialmente no que tange à imprensa escrita e ao rádio, Brizola buscou inovar, frente tanto ao equilíbrio de forças existente no Estado quanto a um eleitorado que, de uma forma geral, expandia-se e diversificava-se pleito após pleito.

Ao analisar os fatores que conduziram à ampla vitória de Brizola, Azevedo (1960, p. 259-260) credita-a ao seu “corte excepcional de populista” e ao seu senso de conquista do eleitorado. Sobre esse populismo “tipo-Brasil-III-República”, o autor afirma não se tratar de demagogia ou manipulação – embora elas estejam presentes em alguns casos –, mas sim de “técnica de conquista do eleitorado, modo de se conduzir perante este, habilidade de atraí-lo” ou ainda “aproximação direta e pessoal à massa, e falar, tanto quanto possível, na sua linguagem, aos seus sentimentos”. Vale lembrar que, conforme nos explica Ferreira (2001, p. 115-116), ser um “líder populista” nesse período, tal como Vargas e Jango, não significava utilizar como recursos a mentira, a demagogia e a manipulação. Do contrário, a expressão pode ser traduzida para os dias atuais como “líder popular”, aquele que representa os “anseios políticos populares” ou dos “movimentos populares”. A análise de Azevedo foi produzida nesse contexto, antes do populismo torna-se um conceito, vinculado à demagogia, à manipulação, e em especial ao PTB de Brizola, já refutado por trabalhos citados anteriormente. Frente à sua inoperacionalidade enquanto chave-explicativa para a relação estabelecida entre políticos e eleitores ao longo da experiência democrática, sugerimos aqui, enquanto alternativa ao abandono do conceito de populismo, pensar a atuação e o sucesso de determinados agentes no interior do campo durante esse período, e em especial de Brizola, objeto de análise desse artigo, a partir do já citado domínio de um *habitus* político, que os permitiram tornarem-se populares perante o eleitorado.

Ao longo da já referida análise das eleições de 1958, ou mais especificamente daquilo que chamou de “Fenômeno Brizola”, Azevedo (1960, p. 259) afirma que Brizola caracteriza-se como um “político de vocação”, um “político nato”, ou, em outras palavras, alguém nascido para a política, destinado a grandes feitos e à liderança, dotado, portanto, daquilo que Weber (2002) chama de “*carisma*” (dons pessoais e

extraordinários de um indivíduo). Contudo, como se pôde ver ao longo desse texto, a ascensão de Brizola e seu sucesso no interior do campo não são “orgânicos”. Do contrário, são frutos de um longo trabalho de acúmulo, conversão e manutenção de capitais, tanto delegado quanto de notoriedade e popularidade, que associados ao domínio de um *habitus* político o permitiram, em um curto período de tempo, ascender da ala-moça do PTB ao posto de governador do Estado do Rio Grande do Sul e de liderança regional/nacional de seu partido. Dessa forma, reiteramos não ter se tratado de uma popularidade *a priori*, de carisma, mas sim de uma popularidade construída diante das necessidades apresentadas pelo aumento e diversificação do eleitorado, característicos da experiência democrática brasileira. Da mesma maneira, salientamos que, como ficou demonstrado, múltiplos são os fatores que explicam a ascensão e eleição de Leonel Brizola ao governo do Rio Grande do Sul em 1958.

### Considerações finais

A ampliação do eleitorado pós-1945 alterou as regras do jogo político no Brasil. A partir de então, partidos e candidatos passaram a lidar com a necessidade de convencimento dos eleitores – ou, nas palavras de Angeli (2015, p. 193), com a necessidade de “atingir o coração do eleitor” –, que eram agora protagonistas dos processos eleitorais e disputados um a um por partidos e candidatos. Isso levou ao desenvolvimento de inúmeros mecanismos voltados à construção de uma imagem de popularidade, à mobilização eleitoral e à conquista de votos: comícios, caminhadas, fixação de cartazes, distribuição de panfletos, santinhos e apertos de mão, além de outros eventos como jantares, inaugurações de comitês etc. Uma série de práticas que, mesmo coexistindo com outras práticas coercitivas e clientelísticas, remanescentes de períodos anteriores, estabeleciam um novo tipo de relação entre partidos, candidatos e eleitores (CANÊDO, 2012, p. 538).

Sendo um político gestado no interior da experiência democrática, tendo tido a sua iniciação concomitantemente à redemocratização, o grande trunfo de Brizola em relação a políticos que precisaram adaptar-se a esses novos tempos e também a políticos de sua própria geração foi tanto a capacidade de leitura da necessidade de um contato mais direto com o eleitorado quanto o domínio dos códigos de linguagem e do principal meio de comunicação de massas do período: o rádio. Sendo assim, reiteramos a hipótese de que o amplo sucesso eleitoral de Brizola ao longo do período 1945-1964, no qual a vitória nas eleições de 1958 – ou, como denominou Azevedo, o “Fenômeno Brizola” – foi mais um episódio, não se deveu à demagogia e manipulação, presentes no conceito de populismo, tampouco a um dom pessoal e extraordinário que fizesse dele um “político

carismático”, mas ao domínio de *habitus* do *tribuno*, que permitiu a Brizola comunicar-se com as camadas populares, atingindo o coração desses eleitores, como poucos políticos ao longo da história brasileira o fizeram.

## Referências

ALVES, Samuel da Silva. *“Ideias novas para problemas velhos”*: a candidatura e campanha eleitoral de Leonel Brizola ao governo do Rio Grande do Sul em 1958. 2020. 227 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

ANGELI, Douglas Souza. *Como atingir o coração do eleitor*: partidos, candidatos e mobilização eleitoral no Rio Grande do Sul. 2015. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

ANGELI, Douglas Souza. Santinhos, comícios e apertos de mão: sobre o estudo da mobilização eleitoral na experiência democrática. *In*: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (Org). *Capítulos de História Política*: fontes, objetos e abordagens. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 335-354.

AZEVEDO, Armando Fay de. Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v.8, n. 1, p. 255-278, jan./jun. 1960.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção*: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: ZOUK, 2007.

BRIZOLA: “Serei um escravo do dever”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, Porto Alegre, nº 184, 07 de outubro de 1958. Capa, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726\\_03&pagfis=25415](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726_03&pagfis=25415). Acesso em: 18/12/2021.

CANÊDO, Leticia Bicalho. Aprendendo a votar. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 516-543.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política*: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder*: o PTB de 1945-1965. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. *In*: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história*: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 61-124.

GOMES, Angela de Castro. Jango e a República de 1945-64: da República Populista à Terceira República. *In*: SOIHET, Rachel [et al]. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 35-50.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. *Locus: revista de história*, Juiz de fora, v. 24, n. 2, p. 251-275, jul./dez 2018.

GOULART, Diretório Dr. João. [Correspondência]. Destinatário: Leonel de Moura Brizola. Porto Alegre, 1958. 1 relatório de atividades.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. *Os Partidos Políticos Brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LIMONGI, Fernando. Eleições e Democracia no Brasil: Victor Nunes Leal e a transição de 1945. *Revista de Ciências Sociais*, v. 55, n. 1, p. 37-69, jan./jun. 2012.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Héliogio. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul (1823-2002)*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

PINTO, Céli Regina Jardim. O poder e o político na teoria dos campos. *Veritas*, Porto Alegre, vol. 41, n. 162, p. 221-227, jun. 1996.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo*. Estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.